CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, REALIZADA A QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

--- Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, reuniu o Conselho de lha de Santa Maria, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila do Porto, sita nos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos: -------
Ponto único – Preparação da visita estatutária de dois mil e vinte e dois. ----------
Deu-se início à reunião com a chamada confirmando-se a presença dos conselheiros/as Maria Dulce de Oliveira Resendes, João Manuel de Andrade Fontes, António Isidro Braga Sousa, José Arsénio Sousa Chaves, Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves, José de Andrade Melo, Rosa Filomena Cabral de Melo, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, António Jorge Cabral Monteiro, Leonor Chaves Batista em substituição de Eduardo Manuel Pereira Cambraia, Maurício Manuel Vieira Travassos, Duarte Manuel Braga Moreira, Jorge Alberto Cabral Botelho, António Manuel de Sousa Braga. Não estiveram presentes na reunião os/as conselheiros/as, Carla Maria de Melo Sousa Costa Carreiro, Hélder Jorge Leandres Cabral, Aníbal Cabral Moura, José Resendes Santos e Márcia Catarina da Costa Santos os/as deputado/as João Vasco Costa, Elisa Sousa e Joana Pombo. ----------
Antes de entrar no período da ordem do dia a presidente da mesa deu a conhecer que recebeu as comunicações dos deputados/as João Vasco Costa, Elisa Sousa e Joana Pombo a informar a sua ausência, bem como da senhora Carla Maria de Melo Sousa Costa Carreiro, e da senhora Márcia Santos, cujas faltas se encontram devidamente justificadas. Agradeceu ainda a presença do senhor Rui Rodrigues, na qualidade de representante da Associação Comercial e Industrial e de Santa Maria e esclareceu que, no respeito pelo que está regimentado, a participação do público na sessão deve ocorrer em cada ponto da ordem de trabalhos, antes de dar a palavra aos conselheiros, no entanto, como o âmbito da sessão prende-se com a preparação da visita estatutária do

governo regional a elaboração de um documento a enviar ao governo regional com os assuntos que o conselho entenda serem debatidos nessa reunião, a presidente da mesa apresentou uma proposta aos conselheiros no sentido de dar oportunidade ao referido senhor de ser ouvido no final da discussão do documento, proposta essa que foi sujeita à votação e que mereceu a anuência de todos os presentes. ----------

De seguida a presidente do conselho deu a palavra ao primeiro secretário para este ler o respetivo edital. Após a leitura do referido edital a presidente do conselho esclareceu os presentes que a mesa já tinha redigido um documento que servirá de base ao debate do assunto da ordem de trabalhos, documento esse que foi elaborado tendo por referência o documento elaborado para a visita estatutária do ano transato bem como o memorando que já foi enviado ao governo regional, aquando da emissão de parecer da anteproposta do plano regional e orçamento para dois mil e vinte e três, relembrando que foram vertidas nesse memorando um conjunto de preocupações e necessidades que deveriam ser consideradas no referido plano, pois urgem serem resolvidas, mas que das vinte e três preocupações apontadas pelo conselho de ilha, apenas uma foi refletida no plano regional e que se verificou ainda uma diminuição de cerca de um milhão de euros entre a anteproposta e o plano final, o que provoca alguma estranheza e desilusão nos marienses. Disse ainda que como nas anteriores reuniões com o governo regional nada fica escrito que possa vincular os governantes com as posições e promessas que são feitas, isto é são colocadas as questões ao governo regional no âmbito das necessidades da ilha, são dadas respostas pontuais, mas nunca se sabe ao certo o que é que o governo pretende concretizar na ilha, por isso, apesar desta reunião se realizar por convite do governo regional, a mesa do conselho de ilha propõe, que se o governo regional solicita por escrito todos os assuntos que serão alvo de debate, então deveria de haver uma ata da reunião ou então as respostas aos assuntos colocados também deveriam ser por respondidas por escrito. Disse também que, considerando que conselho de ilha tem apontado e formalizado, em documentos já enviados ao governo, as necessidades prementes de Santa Maria, e que pouco tem sido considerado por parte deste, então dever-se-ia solicitar ao governo regional, o que é este pretende efetivamente realizar em Santa Maria, em cada área de intervenção elencada.

Recordou os objetivos da visita estatutária lendo o texto do ofício que foi enviado pelo governo regional ao conselho de ilha a comunicar a respetiva visita estatutária e a solicitar a reunião com o conselho de ilha e de seguida apresentou o documento que servirá de referência para a redação do documento final, a enviar ao governo, para preparação da sua visita à ilha, como solicitado por este no ofício supramencionado. Aquando da apresentação da redação do referido documento, a presidente da mesa foi justificando aos presentes as situações elencadas, e no fim referiu que como existem novas preocupações que merecem reflexão, estas serão integradas no texto final.

E seguida foi aberto um período para pedido de esclarecimentos e apresentação se sugestões à redação do documento no qual se inscreveram os/as conselheiros/as Carlos Rodrigues, Jorge Costa, Bárbara Chaves, Jorge Botelho, Duarte Moreira, José de Melo, José Arsénio Chaves e Maurício Travassos. ----------

Dada a palavra ao conselheiro Carlos Rodrigues este referiu que o grande problema das acessibilidades a Santa Maria não incidia no transporte aéreo, pois este ano os voos oferecidos corresponderam às necessidades e não houve limitação de carga aérea, daí que é urgente serem resolvidas as questões do transporte marítimo, mas para tal seria mais importantes repor o calado de 8 metros de profundidade, no porto de Vila do Porto, como estava inicialmente projetado, do que acrescentar mais quarenta metros na extensão do porto, por isso o conselho de ilha deveria debater-se pela reposição da referida profundidade.

Ao tomar a palavra o conselheiro Jorge Costa aludiu que se o governo regional não pretende incrementar um aumento de quarenta metros no porto de Vila do Porto, então que reponham as características iniciais do porto relativamente ao calado, pois foi reduzido de oito metros para seis metros, inviabilizando a operacionalidade de barcos de maior porte e relembrou que Santa Maria e o Corvo são as únicas ilhas dos Açores com esse constrangimento. ----------

De seguida foi dada a palavra à conselheira Bárbara Chaves e esta aludiu que o conselho de ilha deveria continuar a reivindicar o aumento do cais acostável e reivindicar também a dragagem do porto para se atingir os oito metros de profundidade, que era que estava previsto no projeto inicial, que foi elaborado pelo anterior executivo do

governo regional, por isso deve-se exigir a execução do que estava inicialmente projetado em relação à reposição dos fundos bem como o aumento do porto. ----------

Ao tomar a palavra o conselheiro Jorge Botelho reforçou que a reposição do calado do porto para os oito metro já é uma aspiração muito antiga dos marienses e que, o que aconteceu depois, em outros portos dos Açores, em consequência de intempéries, não pode servir de desculpas para a não concretização da obra de recuperação do porto como estava projetado e por isso deve-se argumentar junto do governo regional a concretização das duas obras, que tendo em consideração que está montado o estaleiro para uma das obras. ----------

Disse ainda que a tarifa Açores veio revolucionar o turismo interno nos Açores, mas que não resolveu a chagada às ilhas mais pequenas de turistas oriundos do continente e do estrangeiro, nem tal tarifa substitui o transporte marítimo de passageiros, pois as duas modalidades de transportes são muito importantes, por isso acha imprescindível questionar o governo sobre essa situação e como pretende impulsionar o turismo que vem do exterior, sugerindo que, como é necessário ter boas condições nas acessibilidades exteriores, o governo deveria comparticipar a SATA, nos voos diretos na rota Santa Maria Lisboa, nos mesmos moldes que comparticipa as outras companhias áreas estrangeiras que voam diretamente para S. Miguel e Terceira.----------

Disse também que não compreende como é que o governo regional não quer aumentar o porto de Vila do Porto, mas estão previstas obras avulso no outros portinhos, sem auscultar os agentes da ilha, por forma a serem ouvidos no sentido das intervenções previstas corresponderem às efetivas necessidades dos marienses. Por fim disse que o protocolo que existe com a Portos dos Açores para a utilização das casas de banho por parte dos utentes da marinha não adequam às efetivas necessidade dos mesmos, por isso é importante construírem casas de banho públicas junto à marinha; que se deve exigir melhores condições para os doentes que se descolam a S. Miguel, para a realização de exames clínicos; que é preciso debater seriamente a situação dos acessos às áreas marinhas protegidas e a realidade da atividade marítimo turística, situação essa que já foi solicitada por diversas vezes e que vem sendo sucessivamente adiada e pedir esclarecimentos sobre o ponto de situação do recife artificial. ----------

Na sequência desta intervenção a presidente do conselho de ilha explicou que houve uma tentativa por parte da mesa para se realizar uma reunião com todos os operadores das marítimo turísticas, com a Câmara Municipal e com o Diretor Regional dos Recursos do Mar, mas como o senhor diretor regional não estava disponível nessa altura foi adiada a realização da referida reunião. Disse ainda que houve uma segunda tentativa de agendamento da referida reunião mas foi-nos comunicado que iriam transitar competências ente a direção regional dos transportes e a direção regional dos recursos do mar, sendo assim decidiu-se adiar novamente a reunião. ----------

O conselheiro Jorge Botelho solicitou par intervir e ao tomar a palavra retorquiu dizendo que o governo regional justifica o adiamento de decisões com o argumento de que estão a planear o projeto Blue Azores, projeto esse que pretende alcançar trinta por cento de área marítima protegida, mas o que interessa e é urgente é que os marienses devem defender os seus interesses, nas quatro áreas marítimas protegidas, independentemente do projeto Blue Azores, por isso o que se deve reivindicar é a revisão da portaria atual. ----------

Foi dada a palavra ao conselheiro Duarte Moreia que concordou na generalidade com o documento que foi apesentado pela mesa pois reflete as preocupações e necessidades que o conselho tem vindo a sublinhar ao longo dos tempos, mas alertou que não se deve abdicar da pretensão da ampliação do porto de Vila do Porto e exigir também a reposição do calado para oito metros, pois o que considera urgente e premente é resolver de imediato o problema dos transportes marítimos para Santa Maria, pois a situação dos transportes marítimos é o que provoca o maior constrangimento à atividade económica da ilha. Ressalvou ainda que não é correto argumentar que o transporte aéreo corresponde às necessidades da ilha quando nos produtos perecíveis existe limitação de peso e volume e os custos do transporte aéreo são muito elevados, por isso deve-se questionar o governo como é que Santa Maria se pode enquadrar no escoamento direto de produtos, com recurso ao avião cargueiro que está a operar entre os Açores e o continente e a Madeira. Referiu ainda que o matadouro necessita de ampliação para produção de frio e para o armazenamento de carcaças, pois este não

está a dar cabal resposta às exigências atuais, nomeadamente quando existe um maior volume de exportação de carne em carcaça e que também devem ser feitas melhorias na sala de desmancha, que permitam a sua certificação, para que a carne possa ser exportada em peças, valorizando muito mais o produto. ----------

Disse por fim que que se deveria questionar o governo regional sobre a acessibilidade a consultas da especialidade e os constantes adiamentos de consultas a que os doentes estão a ser sujeitos e sobre o reforço do apoio na aquisição de material pedagógico para a Escola Básica e Secundária Bento Rodrigues, bem como na resolução do problema da carência de assistentes operacionais. ----------

Da a palavra ao conselheiro José de Melo este sublinhou as preocupações apontadas pelo conselheiro Duarte Moreira relativamente à Escola Básica e Secundária de Santa Maria e sugeriu que haja uma ata da reunião com o governo regional ou a concretização das respostas por escrito das situações apresentadas, pois espera que a reunião seja consequente e que seja mais que um diálogo entre governo e conselho de ilha, como tem sido apanágio nas reuniões anteriores. Disse ainda que deve-se questionar o governo regional em que ponto está o estudo sobre o transporte marítimo de passageiros, que o governo se comprometeu de realizar, e reforçar não só a necessidade do aumento do calado com a dragagem da bacia, bem como o aumento do cais acostável e interpelar o governo se este acredita ou não no projeto do Space Port, pois se este se vier a concretizar, obrigará à realização das referidas obras no porto de Vila do Porto. Ressalvou por fim que não é o conselho de ilha que tem que justificar as dificuldades do investimento público, pois a este órgão cabe apontar as situações e exigir soluções por parte dos governantes. ----------

Ao tomar a palavra o conselheiro Maurício Travassos informou que a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada já transmitiu à tutela a sua total discordância sobre os horários de verão que estão previstos pela SATA e sugeriu que os horários de Inverno e de Verão deveriam ser divulgados com mais antecedência para permitir que os turistas possam agendar a sua vinda a Santa Maria antes de procurar outros destinos. De seguida o conselheiro José Arsénio Chaves sugeriu que se deveria perguntar ao governo regional em que situação é que está a solução sugerida pelo próprio governo

relativamente ao problema do alojamento dos doentes deslocados e qual a estratégia de gestão prevista em relação à INCUBA +. ----------

Foi dada a palavra ao senhor Rui Rodrigues que começou por agradecer a oportunidade de poder as situações que preocupam a Associação Comercial e Industrial de Santa Maria, ressalvando o problema dos transportes aéreos e marítimos e sugeriu também que os voos devem estar com horários fixos, pois os turistas não podem agendar as suas férias na perspetiva que se irá realizar um voo extraordinário, por isso deve-se solicitar ao governo regional que interceda junto à administração da SATA para que seja oferecido em voos ordinários, próximo verão, o mesmo número de voos ordinários e extraordinários que foram realizados no último verão. Disse ainda que urge resolver a situação da dificuldade de regresso a Santa Maria dos doentes deslocados a S. Miguel, pois a falta de confirmação do regresso, provoca muitos constrangimentos às empresas pois existem funcionários que se ausentam durante uma semana por não conseguirem regressar à ilha. Disse por fim que urge resolver o grande atraso que se verifica no reembolso das verbas afetas aos projetos que são aprovados no âmbito de candidaturas a fundos comunitários, pois tal situação provoca estrangulamento financeiros às empresas que investiram antecipadamente para a concretização dos projetos aprovados. ----------

Após as intervenções a presidente da mesa referiu que irá incorporar no documento apresentado todas as alterações e sugestões propostas pelos conselheiros neste primeiro debate e, colocar-se à consideração de todos os conselhos a redação final de cada ponto. Para a mesa poder redigir o documento final a presidente colocou à consideração do conselho a interrupção dos trabalhos por um período de quinze minutos, proposta essa que mereceu a concordância dos presentes.

Ao retomar os trabalhos a presidente da mesa explicou sumariamente as alterações que foram feitas no documento em análise e colocou à consideração dos presentes a aprovação da redação final do documento, proposta essa que foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a debater a presidente deu por encerrada a reunião ás treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que será assinada em conformidade com a lei vigente.

Maria Dulce de Oliveira Resendes

José Arsénio Inácio

António Isidro Braga Sousa